

A TERRA/ÁGUA E O HOMEM NA VÁRZEA DA AMAZÔNIA: UMA INTERPRETAÇÃO DA VIDA RIBEIRINHA

Dilson Gomes Nascimento¹

Resumo

O intento deste ensaio é realizar uma prévia aproximação entre a concepção teórica de Eric Dardel, notadamente sobre a inter-relação do Homem com a Terra, sua *geograficidade*, à iniciativa de interpretação das características, que marcam o modo vida de muitas comunidades camponesas apresentada por Klaas Woortmann, denominadas por ele de *campesinidade*. Os sujeitos sobre os quais se discorre são os ribeirinhos da várzea da Amazônia, por entender que estes possuem uma relação de vida e de trabalho que, ao mesmo tempo, é semelhante às características mais gerais do campesinato, mas, que também lhe são peculiar e visam à manutenção das famílias ribeirinhas no interior das comunidades rurais.

Palavras-chave: Geograficidade; Campesinidade; Territorialidades ribeirinhas.

EARTH / WATER AND MAN IN THE AMAZON LOWLAND: AN INTERPRETATION OF RIVERSIDE LIFE

Abstract

The aim of this essay is to perceive a previous approach between the Eric Dardel's theoretic conception, mainly about the inter-relation of man with land/earth, its geographicity, and the initiative of the characteristics interpretation that mark the life way of many peasant communities presented by Klaas Woortmann, denominated peasantry. The subjects of this article are the Amazon river communities, by understanding that they have not only life and work relation similar to the general characteristics of peasantry, but also this relation takes aim to the river families maintenance in the inner of the rural communities.

Key words: Geographicity; Peasantry; Territorialities rivers

Introdução

O objetivo deste trabalho é ensaiar uma discussão sobre o modo de vida do ribeirinho na Amazônia, a partir dos termos *Geograficidade* de Eric Dardel presente na obra *O homem e a terra: natureza da realidade geográfica*, de 2011, e

¹ Graduado em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas. Mestrando em Geografia da Universidade Federal do Amazonas. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas. E-mail: dgdilson1@gmail.com.

Campesinidade de Klaas Woortmann na obra ‘*Com parente não se neguceia*’: o *campesinato como ordem moral*, de 1990. Tal proposta enseja uma breve discussão do campesinato amazônico, a partir de uma abordagem epistemológica da Geografia Cultural Humanista em que pese sua pertinência e seu alcance.

Comumente se faz uma explicação acerca do campesinato por meio de uma abordagem economicista, objetiva, de cunho marxista ou não, em que se expõe o modo de vida camponês em suas múltiplas relações que estabelece com a sociedade mais geral, seus processos de mudança (agriculturação do camponês), suas especificidades frente aos processos de modernização o que, como se sabe, não é de todo incoerente e, manifesta-se, também, esclarecedora, ressaltando suas limitações teóricas e metodológicas que não dão conta da complexidade dos sujeitos sobre os quais se fala.

Porém, o intento deste trabalho é buscar outra possibilidade que não se limite apenas à objetividade da vida camponesa. É antes de tudo, um olhar sobre a relação do homem ribeirinho com a terra e com a água manifestada em suas subjetividades, ou nas palavras de Nogueira (2006) é uma busca pelo entendimento da realidade a partir de quem a ‘experiência’ (não no sentido de experimentação, mas de vivência), “[...] Aquela que se constrói no envolvimento com o mundo...” (NOGUEIRA, 2014, p. 129), uma compreensão da inter-relação do homem com o mundo: sua *geograficidade*.

Geograficidade é a relação que necessariamente temos com o mundo através dos espaços, paisagens e lugares que encontramos nas nossas vidas diárias. Geograficidade compreende nossas atitudes ambientais e respostas imediatas ao ambiente, e facilmente tomada por certa (RELPH, 1979, p. 22 *apud* GRATÃO, 2007, p. 100).

Dentre os diversos caminhos trilhados pela Geografia, a perspectiva Humanista, também surge como um dos percursos filosóficos e metodológicos da disciplina. Essa corrente insere o homem na ciência de uma forma diferente de como o fez o racionalismo que primava apenas pela razão.

Segundo Gomes (2005) o humanismo acrescenta o homem em suas demais dimensões, como o espírito e não apenas a razão, as quais careciam, igualmente,

de novos métodos para investigação, e, mesmo o humanismo não tendo um método único, buscou o apoio ora na fenomenologia, ora na hermenêutica em oposição à forma racionalista de investigação. Assim, a noção de 'espaço vivido' surge como uma forma de humanização da Geografia, por meio do estudo do espaço cotidianamente habitado, em autores como o francês Eric Dardel (1899-1967) e o sino-americano Yi-Fu Tuan, entre outros.

A obra de Eric Dardel (2011), na qual se baseia este ensaio, marca uma forma peculiar de conceber a Geografia. Para ele, muito do que se tem produzido na geografia científica, escapa, por assim dizer, ao que poderia ser uma geografia a partir do 'Homem com a Terra', diferente da forma habitual moderna de proceder ao distanciamento deste com aquela em nome da objetividade. Para Dardel o espaço geográfico só pode ser apreendido pela relação própria entre o Homem e a Terra, ou seja, a realidade só geográfica para o Homem.

A relação com a terra e a água: a *Geograficidade* do ribeirinho na Amazônia

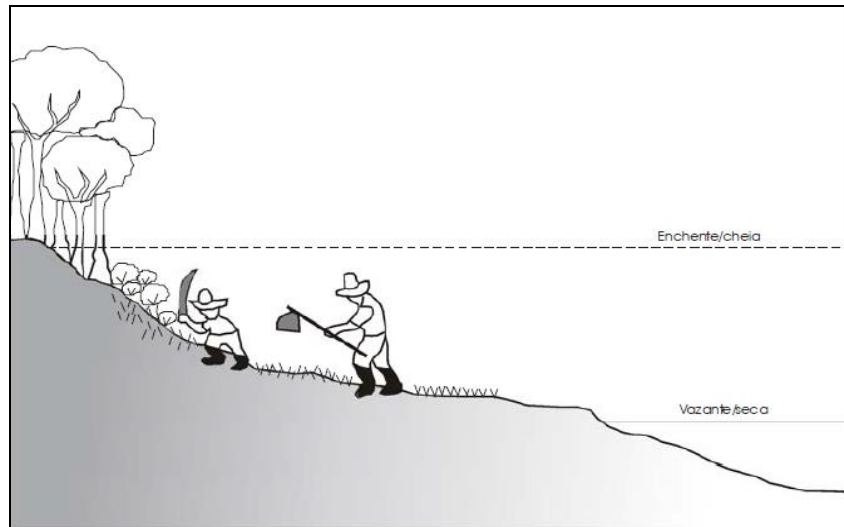
A água que submerge e transforma a terra e a vida do homem da várzea na Amazônia, quando da enchente/cheia dos rios, é a mesma que fecunda o solo para a agricultura e que permite a pesca. Essa ligação homem/terra/água também pode ser entendida nas palavras de Cruz (2007, p. 218):

A relação do camponês-ribeirinho com a água (lago/rio) se dá no sentido ao qual se refere Woortmann (1990) com relação à terra, ou seja, corresponde uma relação de troca recíproca, na qual o trabalho fecunda à água e reproduz vida. Essa fecundação ocorre efetivamente a partir do momento do início da preparação da terra para a pesca. Em seguida, é necessário esperar a próxima enchente/cheia para que a água possa nas palavras dos moradores "ajudar a preparar a terra". Na sequência, quando ocorre o recuo das águas, os caboclos-ribeirinhos terminam de preparar a terra para prática pesqueira. Portanto, somente no segundo ano, que corresponde à segunda enchente/cheia, é que os caboclos irão praticar a pesca do lanço.

Essa relação descrita por Cruz (2007), também expressa nas Figuras 1 e 2, na várzea de Manacapuru-AM, simboliza de igual modo uma

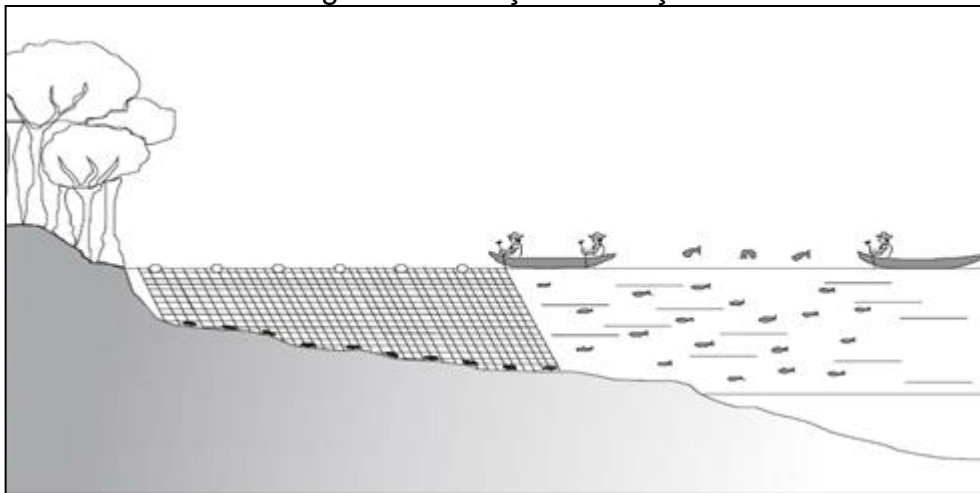
[...] cumplicidade constante entre a Terra e o Homem, que se realiza na existência humana, chamada de geograficidade (géographicité), envolvendo os bons e os maus encontros com o ambiente – paisagens, lugares & personagens (GRATÃO, 2007, p. 100).

Figura 1: Preparação da terra na vazante/seca para a pesca de lanço na enchente/cheia.



Desenho: Marcos Castro/2006. Org.: Manuel de Jesus Masulo da Cruz/2006.
Fonte: Manuel de Jesus Masulo da Cruz, 2007, p. 218.

Figura 2: Armação do lanço.

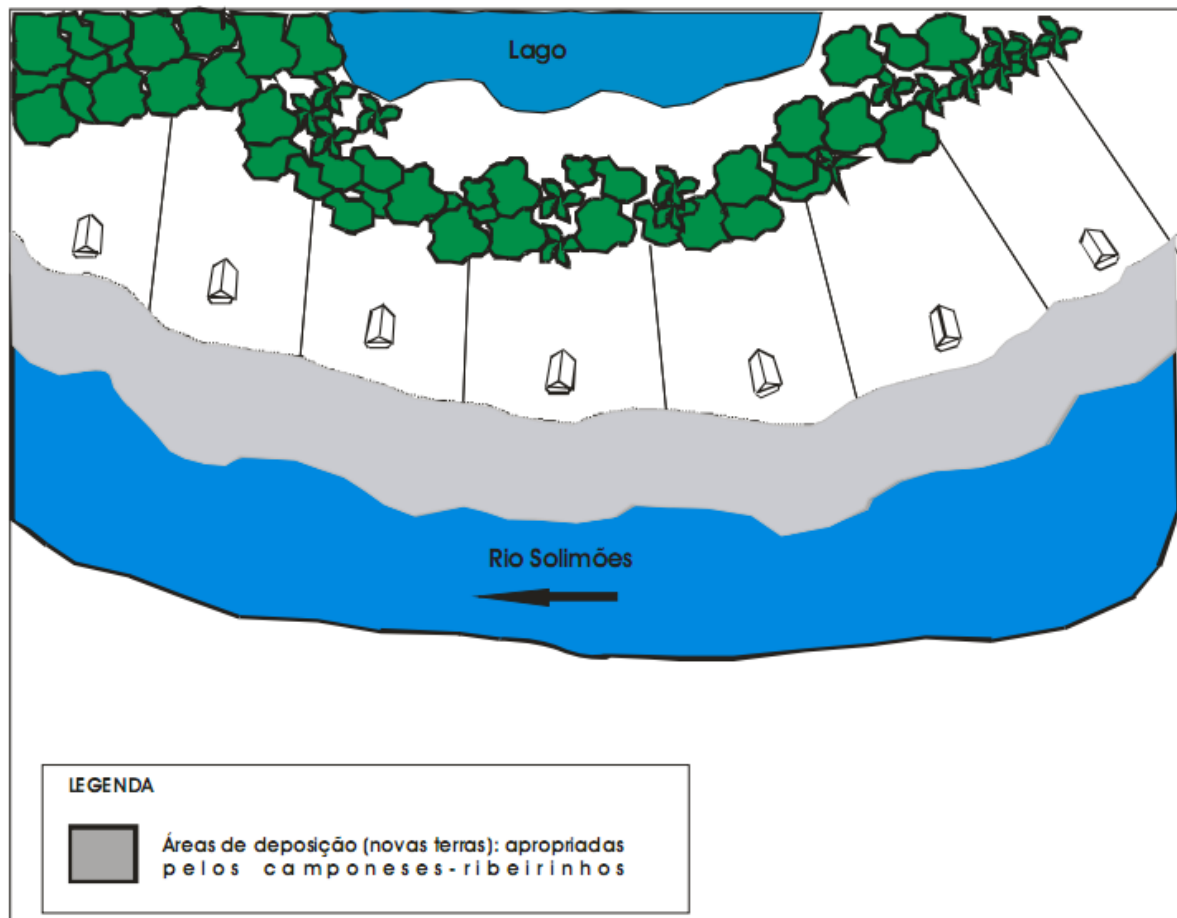


Desenho: Marcos Castro/2006. Org.: Manuel de Jesus Masulo da Cruz/2006.
Fonte: Manuel de Jesus Masulo da Cruz, 2007, p. 219.

Prática semelhante ocorre entre os ribeirinhos nas margens do médio rio Amazonas, no município de Parintins, porém, relacionada à agricultura. Neste caso, os ribeirinhos também preparam a terra para a chegada da água. Os agricultores fazem a derrubada da capoeira e/ou a capina dos roçados nos meses que antecedem a enchente/cheia, geralmente, entre dezembro e fevereiro. Não se pratica, pois, na maioria dos casos, a queima para (completar) o trabalho de limpeza do terreno, esta é realizada pela própria água. Durante o período das águas altas de março a julho, as terras como dizem os ribeirinhos são 'lavadas', removendo o que não será aproveitado (os galhos das árvores e arbustos, os espinhos, etc.) para fertilizar a terra. Quando as águas baixam entre julho e agosto, o solo emerge já acrescido pelos minerais (depositados) e, também, por parte do material vegetal que foi levemente soterrado e que passará a compô-lo. Todo o processo é realizado entre um ano agrícola e outro (Pesquisa de campo, março de 2014).

Outro processo importante é apresentado em Cruz (2007; 2009), a respeito da utilização das 'novas terras' ou terras acrescidas (originadas nas áreas de deposição das barras de acreção lateral do rio) da várzea do Solimões/Amazonas (Figura 3). O autor descreve dois aspectos importantes a serem considerados neste ensaio: a) sobre as novas terras os camponeses-ribeirinhos projetam uma noção de propriedade/posse como se estas fossem uma extensão das terras da restinga alta onde moram e trabalham; b) esses espaços são utilizados observando-se o movimento de subida e descida da água.

Figura 3: Apropriação das novas terras na Costa do Pesqueiro - Manacapuru-AM.



Desenho: Marcos Castro/2006. Org.: Manuel de Jesus Masulo da Cruz/2006.
 Fonte: Manuel de Jesus Masulo da Cruz, 2007, p. 116.

No primeiro caso, o autor afirma que o fato das novas terras serem apropriadas e trabalhadas por uma família, ou pelo seu chefe, há o 'respeito' pelas demais famílias ao não cultivarem neste local. No segundo caso, destaque-se que essas novas terras estão numa área abaixo do nível de transbordamento do rio, isto faz com que estas terras sejam as últimas a surgirem com a vazante/seca e as primeiras a serem inundadas com a enchente/cheia.

A observação do 'tempo da água' levou os ribeirinhos a manter uma relação peculiar com estes espaços, por meio da roçagem da vegetação herbácea e arbustiva antes da enchente/cheia como uma forma de otimizar o tempo, já que essas terras por serem baixas, precisam ser cultivadas assim que as águas recuam e a colheita das plantas de ciclo curto deve ser feita assim que as águas sobem na enchente/cheia.

Essa relação do homem com o meio natural é a própria expressão de sua ligação com a terra e a água, que se manifesta pela cumplicidade do espaço fluído com os desígnios do homem (DARDEL, 2011). Uma relação que é única, que surge desse encontro do homem com o meio, e se traduz na sua realidade geográfica, pois, como afirma o autor, o mundo (seus elementos) só adquire significação para alguém, assim como a realidade só é geográfica para o Homem.

É importante falar da terra para o ribeirinho no sentido dardeliano, enquanto base material da vida concreta e de sua imaterialidade, ou seja, da subjetividade humana, pois, é a partir de sua terra, do lugar onde se assenta, onde projeta suas ações, que aflora a subjetividade ligando-o mais intimamente à Terra. Podemos então entender que há um lugar para cada Ser que se manifesta por sua ligação material (por meio do trabalho) e, principalmente, afetiva com a terra.

A Terra, como base, é o advento do sujeito, fundamento de toda a consciência a despertar a si mesma; anterior a toda objetivação, ela se mescla a toda tomada de consciência, ela é para o homem aquilo que ele surge no ser, aquilo que sobre o qual ele erige todas as suas obras, o solo de seu hábitat, os materiais de sua casa, o objeto de seu penar, aquilo a que ele adapta sua preocupação de construir e de erigir (DARDEL, 2011, p. 41).

Sob este aspecto, não só a Terra, mas também a Água (o rio) assume lugar de destaque na vida ribeirinha. Esses povos possuem estreita relação com os rios nos quais têm muito mais que o alimento, tem todo um complexo cultural forjado nas suas múltiplas relações, que com ele estabeleceram ao longo da ocupação de suas margens como localização estratégica e da consolidação das comunidades rurais como forma organização social.

Mas, o rio também está para além da vida prática do ribeirinho. Este possui uma dimensão simbólica construída e alimentada pelo imaginário do ribeirinho. O rio passa, então, a ser símbolo cultural, seja por meio das lendas, seja por meio dos causos, das estórias contadas que acabam sendo associadas à própria história dos lugares.

Visto assim, o ribeirinho não comporta apenas uma mera designação geográfica, mostra-se como um sujeito ativo, que significa sua vida por meio desta relação de cumplicidade com a terra e a água.

Não se pretende, pois, uma 'romantização' do ribeirinho. O ribeirinho é a um só tempo, aquele que 'planta' sua casa na beira do rio (na terra) para aproveitar os recursos naturais (CORRÊA, 2008), mediada em grande parte pelas relações culturais que desenvolveram historicamente na região. Mas, o ribeirinho também comporta aquele que 'planta' sua casa sobre a água, as casas flutuantes (moradias flutuantes sobre toras de árvores que funcionam como boias), como alternativa diante da perda da terra pela erosão lateral do rio (terras caídas), ou pela falta (negação histórica do direito ao acesso) da terra mesmo nas dimensões continentais da Amazônia (SOARES, 2009), como ocorre entre os moradores do Lago Janauacá, localizado entre os municípios amazonenses de Manaquiri e Careiro. Em cada caso pode-se, entretanto, visualizar tais relações como estratégias humanas frente às especificidades ambientais e socioespaciais amazônicas.

Tal abordagem das inter-relações do homem ribeirinho com a Terra e a Água, aqui se propôs a fazer um olhar voltado para a relação/ligação que estes sujeitos estabelecem com seu ambiente, sua *geograficidade*, não privilegiando uma abordagem dicotômica entre homem e natureza. É um primeiro ponto necessário para a discussão a seguir a respeito das 'normas' ou 'regras' morais, que estão por trás das territorialidades estabelecidas pelos ribeirinhos nos diversos espaços de vida e de trabalho das famílias, as quais associadas a outras formas peculiares de relações sociais na várzea da Amazônia comporão o que se pretende chamar aqui de *campesinidade*.

Terra/água, trabalho e família: entre os valores a ética da vida campesina

Na abordagem sobre o camponês proposta por Klaas Woortmann (1990) não se pretende falar de sua objetividade enquanto um 'pequeno produtor', é antes uma tentativa de conhece-lo a partir de suas subjetividades, neste contexto afirma o autor, o conceito de valor-de-uso adquire outro valor, o de uso enquanto valor.

[...] Nessa perspectiva, não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria (WOORTMANN, 1990, p. 12).

Nesta perspectiva, não se objetiva falar do homem em sua relação dialética com a natureza, mas, da relação homem-terra expressa por meio duma moralidade, e, principalmente, se estamos falando de uma *campesinidade*, expressa a percepção da terra pelo camponês como o próprio objeto de (re)produção da *família enquanto valor*.

Estou tratando, pois, de valores sociais; não do valor-trabalho, mas do trabalho enquanto um valor ético. Esta tentativa se afasta, portanto, da tendência economicista que vê o campesinato como um modo de produção com sua lógica própria ou como o resultado de determinações impostas pela lógica do capital, mesmo porque, como ressalta Taussig (1983: 10), se o mercado domina o campesinato, ele não o organiza... (WOORTMANN, 1990, p. 12).

A partir dessa compreensão da vida camponesa – ao que o autor interpreta como uma *campesinidade*, como algo que lhe é próprio, que o organiza internamente – se distancia dos valores da sociedade mais geral, da lógica individual capitalista de acumulação de bens e especulação da terra, tudo gira em torno da própria família, em sua produção cultural e enquanto valor.

Então, se não falarmos diretamente do camponês da Amazônia, podemos, ainda assim, partir da *campesinidade* presente na vida ribeirinha, considerando algumas características da vida desses habitantes das várzeas, que em muito se aproximam das características do campesinato brasileiro, mesmo diante de suas especificidades.

A esse respeito Nogueira (2006) argumenta, ao abordar o modo de vida dos ribeirinhos da várzea do município Careiro da Várzea-AM, sobre o trabalho das famílias após a baixada das águas com a vazante/seca:

Nesse momento toda a família se envolve com os trabalhos. Cada um tem uma tarefa além de saírem juntos para o roçado e muitas vezes organizam mutirões juntando várias famílias para limpar e plantar a roça dos vizinhos. Os trabalhos de Stenberg (1950-1998), Cruz (1998) e Fraxe (2000) nos dão uma boa descrição. Demonstrando que a forma de organização produtiva dos ribeirinhos é comparada à da maioria dos camponeses espalhados pelos vários campos brasileiros com a diferença de que além dos ribeirinhos trabalharem a terra, trabalha também a água e a floresta (p. 105).

Isto posto, poderíamos pensar sobre uma ética de apropriação da terra e da água pela família ribeirinha na várzea da Amazônia entendidas enquanto uma *campesinidade*? Começemos pela apropriação dos espaços de pesca. A apropriação desses espaços manifesta-se por meio das territorialidades, ou seja, das estratégias que visam assegurar aos ribeirinhos o acesso e o direito ao uso desses ambientes, sendo também, uma forma de restrição ao uso desses espaços por outrem e dos recursos naturais neles contidos (CRUZ, 2007). Vê-se, assim que, “A territorialidade está intimamente relacionada ao como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significado ao lugar” (SACK, 1986, p. 2 *apud* SAQUET, 2013, p. 83). Ressalte-se que, principalmente, as territorialidades da pesca ocorrem em território abertos (RAPOZO & WITKOSKI, 2010), o que pode lhes conferir maior complexidade.

Os territórios da pesca não são objetivamente demarcados (fechados ou cercados). Esses espaços não recebem nenhuma delimitação (fruto da construção humana), algo que possa servir para comunicar essa territorialidade. A esse respeito Cruz (2007) afirma que os territórios de pesca têm como pontos de referências elementos naturais presentes na água ou na terra como uma árvore, por exemplo, não havendo assim, a alteração do espaço. Rapozo & Witkoski (2010, p. 211) acrescentam que embora não haja demarcações “[...] de uso específicas ou amparadas por leis, não significa que não há códigos de controle e conduta no uso dos recursos através de um grupo específico de comunidades...”.

Essas territorialidades da pesca também podem ser entendidas como uma moralidade, uma ética das famílias ribeirinhas que se assenta na forma como percebem a si mesmo como os ‘de dentro’ e os outros como sendo os ‘de fora’. Ser

ou pertencer à própria comunidade, enquanto morador, é uma qualidade, um requisito fundamental para o uso dos espaços da pesca em diversas realidades na Amazônia.

De dentro ou *de fora*, expressa entre os ribeirinhos além de uma espacialidade, uma noção de pertencimento. Morar na comunidade (ser de dentro), exprime uma proximidade entre os membros das famílias – seja pelo parentesco ou pela vizinhança – e sua conseqüente aceitação como ‘um igual’. Não pertencer à comunidade (ser de fora), representa não apenas um distanciamento espacial, mas, principalmente, social e afetivo, pois, este é representado como um estranho.

Rapozo & Witkoski (2010) chamam a atenção para a existência de um mundo de representação simbólica dos territórios de pesca, o qual não pode ser ignorado sob o risco do agravamento dos conflitos internos (envolvendo os próprios comunitários) e externos (envolvendo os *de dentro* com os *de fora* da comunidade):

[...] A dimensão social dos conflitos destina-se à compreensão de um mundo que insere apenas aqueles que possuem seus domínios, a relação com os pontos de pesca é marcada pela predisposição da sociabilidade mínima entre os pescadores, sejam harmoniosas ou conflituosas. Elas indicam um domínio aberto dos territórios de pesca, onde existem leis de uso. Uma delas é o autorreconhecimento e o reconhecimento do outro *de fora* ou *de dentro* que se legitima perante o sentimento de pertença, e está diretamente articulado com a indivisão do mundo sensível e material pertencente à vida local. A pesca representa mais do que uma atividade que garante a reprodução da vida, ela se apresenta como uma das representações da própria vida, da realidade vivida cotidianamente pelos moradores/trabalhadores das comunidades locais (p. 221, grifos dos autores).

Tal compreensão pode nos conduzir ao entendimento dos objetivos das territorialidades estabelecidas nos ambientes onde se praticam os lanços de pesca, por exemplo. Como afirma Cruz (2007), os lanços representam uma territorialidade, uma apropriação dos espaços da pesca pelos moradores da própria comunidade, sendo utilizados por meio de regras específicas, as quais devem ser ‘respeitadas’ tanto pelos moradores da comunidade, quanto pelos de fora dela.

Os objetivos do estabelecimento de tais territorialidades podem ser entendidos a partir das categorias trabalho e família, ambos entendidos enquanto

valor, como proposto por Woortmann (1990). Essas territorialidades são entendidas neste ensaio como uma racionalidade que opera para além da dimensão econômica, ou seja, para além da necessidade de assegurar um recurso natural para a pesca comercial imediata ou futura. É também, uma racionalidade voltada para atender o sustento das famílias, a curto e longo prazo.

“(…) lá no lago é um problema, os pessoal do Manaquiri (município vizinho a Manacapuru) entram no Tamandúá pra pescar e o lago é pra despensa, tem problema, eles acham que num pode proibir, mas a gente qué porque é bom pra nós (...) nós tem filho, né? Eles precisam comer” (pescador e morador da comunidade local) (RAPOZO & WITKOSKI, 2010, p. 217, aspas no original).

As regras que se manifestam nas territorialidades ribeirinhas são pensadas pela comunidade, e também pelas próprias famílias. É primordial, entretanto, que os benefícios (os frutos da terra ou da água) sejam apropriados pelas famílias, pois, é a partir destas e para estas que os espaços são racionalizados. Retomaremos mais adiante este entendimento a cerca dos castanhais de uso comum em Tefé-AM.

A água é vista como uma extensão da terra (da restinga alta da várzea) sobre a qual se projeta uma noção de pertencimento e se estabelece uma noção de propriedade/posse. Há aqui uma diferenciação entre dono e proprietário sobre a qual toda essa lógica se assenta. Enquanto a categoria proprietário existe por meio da compra da terra, a categoria dono só se torna possível por meio do trabalho realizado no preparo destes espaços para o uso das famílias, já que do ponto de vista jurídico, ninguém pode tornar-se proprietário de águas correntes, assim os ribeirinhos só se tornam donos por meio de uma moralidade, por meio do trabalho (CRUZ, 2007).

Esta ordem moral é respeitada pelos demais ribeirinhos ao ‘não invadirem’ estes espaços da terra-água que são trabalhados por uma família, em geral por seu chefe (CRUZ, 2007), o que se constitui numa importante forma de reprodução da família, uma *campesinidade* (WOORTMANN, 1990), sendo, portanto, impossível dissociar terra, trabalho e família.

Não se pode, entretanto, dizer que todo *trabalho da pesca* seja considerado ‘legítimo’ dentro de uma moralidade camponesa, mesmo onde o elemento água

parece ser 'dominante' na Amazônia. É o que nos conduz a pensar Soares (2009) ao referir-se aos moradores do Lago Janauacá. O lago já foi palco daquela que ficou conhecida na década de 1980 como a 'Guerra do Peixe', o conflito entre os agricultores produtores de goma e de farinha de mandioca e os pescadores locais, principalmente pela forma predatória com que o pescado estava sendo capturado.

Soares (2009) afirma que os agricultores – que, diga-se de passagem, utilizam a pesca como atividade de subsistência e/ou complementar na renda da família – consideram a pesca, enquanto (atividade exclusiva) praticada pelos ribeirinhos que vivem da pesca, como um 'não trabalho', sobretudo, em função da redução considerável dos cardumes. Há assim, visões distintas sobre a categoria trabalho a partir de uma moralidade, a qual já citada anteriormente, e que se vincula às preocupações mais ligadas à (re)produção da própria família.

Caso semelhante (em termos de uma moralidade camponesa) é apontado por Cruz, Matos e Queiroz (no prelo) na obra intitulada "*O pessoal aqui não gosta de ficar é liso*": a reprodução do modo de vida camponês no médio rio Solimões – Tefé/AM. No artigo, os autores ao se referirem ao trabalho de extração da castanha (*Bertholletia excelsa*), afirmam que os castanhais são de uso comum e a coleta e a apropriação dos frutos da castanha (os ouriços) são feitas individualmente por cada família. Nestes castanhais ocorrem duas regras de uso: a primeira mais geral que institui o acesso de pessoas da comunidade Porto Praia e restringe o acesso de pessoas de fora e, a segunda mais específica diz respeito à coleta dos frutos pelas famílias.

Cada família organiza os ouriços coletados em forma de monturos debaixo das castanheiras. Cada monturo torna-se propriedade da família que o fez, por meio do trabalho. Estes monturos não recebem nenhuma identificação que possa remeter sua propriedade a alguma das famílias, mas, mesmo assim, há o respeito pelas demais em não coletá-los. Esse respeito está atrelado ao reconhecimento do trabalho realizado pela família, uma moralidade camponesa presente nestas relações ribeirinhas.

Considerações Finais

Falar de *campesinidade* nas comunidades ribeirinhas na Amazônia não supõe que haja uma homogeneidade de relações puramente camponesas, pois, como afirma Woortmann (1990) a realidade é ambígua, nas comunidades há tanto relações baseadas no espírito de reciprocidade, nas relações de troca, nas relações de compadrio, entendidas como não mercantis, como há relações de troca estabelecidas como negócio, relações econômicas, remetendo-nos, respectivamente, ao *Homo Moralis* e ao *Homo Oeconomicus*.

Entretanto, é o próprio termo *campesinidade* que nos permite falar do modo de vida dos ribeirinhos, a partir das relações que permitem a sua (re)produção sob uma racionalidade ou uma moralidade camponesacentrada na 'indissociabilidade' das categorias terra, trabalho e família.

Assim como é impossível falar do ribeirinho sem considerar suas mais estreitas ligações com os espaços concretos e fluídos de Eric Dardel, como exemplificado, ainda que brevemente, neste trabalho.

Referências

- CORRÊA, Maria Terezinha. **Princesa do madeira**: os festejos entre populações ribeirinhas de Humaitá-AM. São Paulo: Humanitas, 2008.
- CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. 274 p. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2007.
- _____. Campesinato e meio ambiente na várzea da Amazônia. P. 143-169. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira. (Orgs). **Tradição versustecnologia**: as territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da; MATOS, Luciana Lima de; QUEIROZ, Sebastião Sampaio de. **“O pessoal aqui não gosta de ficar é liso”**: a reprodução do modo de vida camponês no médio rio Solimões – Tefé/AM. No prelo.
- DARDEL, Eric. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. Tradução Werter Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

GRATÃO, Lúcia Helena Batista. (À) Luz da imaginação! “O Rio” se revela na voz dos personagens do lugar-ARAGUAIA! P. 98-119. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 17, n. 28. P. 89 - 120, 1º sem. 2007.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. A geograficidade dos comandantes de embarcação no Amazonas. P. 91-108. In: Amazônia... **Revista**: Terra Livre, Goânia. Ano 22, vol. 1, n. 26. P. 1-246. Jan-Jun de 2006. ISSN 0102-8030.

_____. **Percepção e representação gráfica**: a “geograficidade” nos mapas mentais dos comandantes de embarcação no Amazonas. Manaus: Edua, 2014.

RAPOZO, Pedro; WITKOSKI, Antonio Carlos. Espaços de Uso Comum? A construção de territorialidades sociais como formas de controle do acesso aos recursos pesqueiros entre os pescadores no baixo rio Solimões, Manacapuru (AM). P. 199-222. In: VALENCIO, Norma; PAULA, Elder Andrade; WITKOSKI, Antonio Carlos. (Orgs.). **Processos de territorialização e identidades sociais**. São Carlos: RiMa Editora, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SOARES, Ana Paulina Aguiar. A guerra do peixe: Janauacá, conflitos e territorialidades nas águas. P. 116-143. In: SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Aldemir. (Orgs.). **Amazônia**: território, povos tradicionais e ambiente. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

WOORTMANN, Klaas. “**Com parente não se neguceia**”: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico, n. 8, Brasília, UNB, p. 11-73, 1990.

Recebido em Junho de 2015.

Publicado em Setembro de 2015.